

na comissão de fiscalização do CTC para o triénio de 2006-2008 o Doutor Luís António Macedo de Moraes de Araújo do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.

5 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho (extracto) n.º 9146/2006 (2.ª série). — 1 — O Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, que criou a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), previu, desde logo, as estruturas orgânicas nucleares do organismo.

A criação das unidades orgânicas de direcção intermédia de 2.º grau, a que se refere o artigo 31.º do supracitado diploma legal, ocorreu em 22 de Fevereiro de 2006, pelo despacho n.º 5864/2006, do presidente da ASAE.

Neste sentido, e com o objectivo de promover a recolha, análise e tratamento de toda a informação de carácter operacional, com vista à realização de acções de inspecção, fiscalização ou de investigação, foi criada a Divisão de Análise e Pesquisa de Informação, a qual compete ser chefiada por um dirigente intermédio do 2.º grau.

Após análise curricular, verificou-se que a licenciada Ana Cristina dos Santos Gonçalves, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar de imediato a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de chefe da Divisão de Análise e Pesquisa de Informação a licenciada Ana Cristina dos Santos Gonçalves.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2006.

6 de Abril de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

Curriculum vitae de Ana Cristina dos Santos Gonçalves

Informação pessoal

Data de nascimento — 16 de Maio de 1963.
Naturalidade — freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa.
Nacionalidade — portuguesa.
Bilhete de identidade n.º 6113303, emitido em 12 de Abril de 2004, pelo arquivo de identificação de Lisboa.
Carta de condução L-925641, emitida em 22 de Setembro de 1981.
Número de identificação fiscal: 130386596.

Habilitações académicas

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e Local pela Faculdade de Letras de Lisboa, em 1989.

Experiência profissional

De Abril de 1991 a Outubro de 1995 — exercício de funções de técnica superior de informações no Departamento Operacional de Contra-Subversão, do Serviço de Informações de Segurança (SIS), responsável pelo acompanhamento de temáticas específicas da contra-subversão, elaboração de relatórios especiais de informações sobre as referidas temáticas, acompanhamento de actividades ligadas a tráficos ilegais, designadamente de estupefacientes, e branqueamento de capitais e organização de *dossiers* de cariz operacional.

De Outubro de 1995 a 3 de Abril de 2006 — exercício de funções de técnica coordenadora de informações no Departamento Operacional de Contra-Terrorismo do Serviço de Informações de Segurança (SIS), responsável pelo acompanhamento, processamento e análise de informações no âmbito do terrorismo ao nível internacional e suas repercussões em Portugal. Elaboração de relatórios estruturais sobre temáticas ligadas ao terrorismo. Organização de *dossiers* de cariz operacional e orientação/avaliação de pesquisa. Colaboração e apoio no contexto de avaliação de ameaça e planeamento de segurança sobre eventos internacionais que se realizaram em Portugal, Conferência da OSCE em Lisboa em 1996, Expo 98, presidência da União Europeia em 1999 e Euro 2004. Actividades de representação do SIS na qualidade de perita de terrorismo e de conferencista sobre temáticas do terrorismo em reuniões de cariz internacional no estrangeiro.

De Julho a Setembro de 2004 — desempenho de funções de perita em terrorismo na Célula Analítica Ad-Hoc do comité especial da OTAN AC/46 em Bruxelas, em representação do SIS.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 9147/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Abril de 2006 do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas:

Fernando da Silva Moraes, assessor da carreira de técnico superior agrário do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária — concedida licença sem vencimento, por interesse público, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 2 de Maio do corrente ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Abril de 2006. — A Directora de Serviço, *Aida Sebastião Palminha*.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Despacho (extracto) n.º 9148/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Abril de 2006 da directora do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Ana Isabel Maltez de Sousa — provida na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal deste Gabinete, precedida de estágio após reclassificação, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

6 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria Del Carmen Pastor*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Despacho (extracto) n.º 9149/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho de 30 de Março de 2006:

Sara Isabel Amorim do Céu, técnica de 2.ª classe da carreira de técnico de controlo — provida definitivamente nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, com efeitos reportados a 30 de Março de 2006, ficando posicionada no escalão 1, índice 400, considerando-se exonerada do lugar que ocupa a partir da referida data.

31 de Março de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Aviso n.º 4919/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 7.º, n.º 1, alínea *d*), 20.º, n.º 1, e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por deliberação da direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de 28 de Março de 2006, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Gestão Patrimonial, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, constante do mapa anexo à Portaria n.º 522/2002, de 2 de Maio.

2 — A área de actuação será a referida no artigo 62.º da estrutura organizativa do LNEC, aprovada pela Portaria n.º 507/2002, de 30 de Abril.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil — estar habilitado com a licenciatura na área de gestão ou de economia.

5 — Métodos de selecção avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Constituição do júri:

Doutor Pedro António Martins Mendes, professor associado do Instituto Superior Técnico e vice-presidente do LNEC, que presidirá.

Dr.^a Maria da Graça Mendes Rojão de Oliveira Bangy, directora do Serviço de Gestão e Administração da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Doutor Carlos Gonçalves, professor auxiliar do Departamento de Finanças e Contabilidade do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido à direcção do LNEC.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;
- Declaração actualizada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- Cópia do certificado das habilitações académicas requeridas, bem como de outras de que seja eventualmente detentor;
- Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae*, considerados relevantes pelos candidatos.

9 — Os eventuais candidatos que exerçam funções no LNEC estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas b) e c).

10 — As candidaturas poderão ser entregues directamente no LNEC/Divisão de Gestão de Pessoal, sito na Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa, ou enviadas por correio registado, para o mesmo endereço postal, devendo, neste caso, ser expedidas até ao termo do prazo fixado nos termos deste aviso.

5 de Abril de 2006. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

Aviso n.º 4920/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 7.º, n.º 1, alínea d), 20.º, n.º 1, e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por deliberação da direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), de 28 de Março de 2006, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, constante do mapa anexo à Portaria n.º 522/2002, de 2 de Maio.

2 — A área de actuação será a referida no artigo 61.º da estrutura organizativa do LNEC, aprovada pela Portaria n.º 507/2002, de 30 de Abril.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil — estar habilitado com a licenciatura na área de gestão ou de economia.

5 — Métodos de selecção avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Constituição do júri:

Doutor Pedro António Martins Mendes, professor associado do Instituto Superior Técnico e vice-presidente do LNEC, que presidirá.

Dr.^a Maria da Graça Mendes Rojão de Oliveira Bangy, directora do Serviço de Gestão e Administração da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Doutor Carlos Gonçalves, professor auxiliar do Departamento de Finanças e Contabilidade do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido à direcção do LNEC.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exer-

ceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;

- Declaração actualizada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- Cópia do certificado das habilitações académicas requeridas, bem como de outras de que seja eventualmente detentor;
- Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae*, considerados relevantes pelos candidatos.

9 — Os eventuais candidatos que exerçam funções no LNEC estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas b) e c).

10 — As candidaturas poderão ser entregues directamente no LNEC/Divisão de Gestão de Pessoal, sito na Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa, ou enviadas por correio registado, para o mesmo endereço postal, devendo, neste caso, ser expedidas até ao termo do prazo fixado nos termos deste aviso.

5 de Abril de 2006. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

Aviso n.º 4921/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 7.º, n.º 1, alínea d), 20.º, n.º 1, e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por deliberação da direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), de 28 de Março de 2006, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Gestão de Contratos, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, constante do mapa anexo à Portaria n.º 522/2002, de 2 de Maio.

2 — A área de actuação será a referida no artigo 63.º da estrutura organizativa do LNEC, aprovada pela Portaria n.º 507/2002, de 30 de Abril.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil — estar habilitado com a licenciatura na área de gestão ou de economia.

5 — Métodos de selecção avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Constituição do júri:

Doutor Pedro António Martins Mendes, professor associado do Instituto Superior Técnico e vice-presidente do LNEC, que presidirá.

Dr.^a Maria da Graça Mendes Rojão de Oliveira Bangy, directora do Serviço de Gestão e Administração da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Doutor Carlos Gonçalves, professor auxiliar do Departamento de Finanças e Contabilidade do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido à direcção do LNEC.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;
- Declaração actualizada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- Cópia do certificado das habilitações académicas requeridas, bem como de outras de que seja eventualmente detentor;
- Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae*, considerados relevantes pelos candidatos.

9 — Os eventuais candidatos que exerçam funções no LNEC estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas b) e c).

10 — As candidaturas poderão ser entregues directamente no LNEC/Divisão de Gestão de Pessoal, sito na Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa, ou enviadas por correio registado, para o mesmo endereço postal, devendo, neste caso, ser expedidas até ao termo do prazo fixado nos termos deste aviso.

5 de Abril de 2006. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.